

AÇÕES DA MILITÂNCIA NEGRA NA SUPERESTRUTURA DO ESTADO

**Ismael Antônio Freire
Do Conselho de Participação
e Desenvolvimento da
Comunidade Negra do Estado
de São Paulo**

Na minha comunicação abordarei a relação entre o Movimento Negro e o Estado, focalizando, mais especificamente, a atuação da Comissão de Educação do Conselho da Comunidade Negra dentro da Secretaria de Educação do Estado de São Paulo. Em 1982, com a posse do governo Montoro, foi criado o Conselho de Participação e Desenvolvimento

a Comunidade Negra, resultado da articulação desenvolvida por um grupo de pessoas ainda na época da eleição.

Desde então, o Conselho vem realizando um intenso trabalho junto à Secretaria de Educação¹. Uma das primeiras providências foi contactar os educadores negros da rede oficial de ensino que já militavam no Movimento Negro na tentativa de elaborar um projeto, uma política de educação. Entretanto, como havia uma preocupação da parte do Conselho em não agir isoladamente, de forma desvinculada do Movimento Negro, criou-se, então, a Comissão de Educação encarregada de viabilizar a atuação do

Conselho junto à Secretaria, enfim, de assegurar a sua atuação, tanto a nível político, viabilizando as ações na superestrutura, como a nível prático, dentro das salas de aula.

Uma das primeiras preocupações da Comissão foi tentar entender a situação educacional do negro no Estado de São Paulo, surgindo assim, o *Diagnóstico sobre a situação educacional de negros (pretos e pardos) no Estado de São Paulo*, trabalho realizado pela Fundação Carlos Chagas (1986) em convênio com o Conselho e a Secretaria de Educação.

Nesse meio tempo, foram criadas três comissões dentro da Comissão Geral de Educação: a *Comissão de Eventos* cuja preocupação fundamental é a de atuar junto aos fóruns, já organizados, da classe dos professores (Associação dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo — APEOESP, Confederação de Professores, Congresso Brasileiro de Educadores, Associação dos Direitos e Associação dos Supervisores); a *Comissão de Currículo*, que tem por objetivo analisar as distorções do currículo e propor alternativas²; a *Comissão para Questões Sociais* encarregada de tratar dos problemas relativos à criança e ao trabalho³.

Uma outra preocupação da Comissão Geral foi ocupar, de fato, o espaço dentro da Secretaria de Educação pois, até então, não havia ainda um contato efetivo e permanente com o órgão. É neste sentido que no final do ano de 1985, alguns de seus membros passaram a trabalhar diretamente na Secretaria de Educação (através de comissionamentos). Como conseqüência, surge o trabalho relativo ao "13 de Maio", descrito por alguns dos participantes deste seminário⁴.

A questão do 13 de Maio é muito delicada, porque o Movimento Negro não assume a comemoração, posição que, aliás, endossamos. Entretanto, como a escola trabalha com essa data, e é difícil mudar sua dinâmica, passamos a discutir qual a estratégia a ser adotada face a essa realidade. Surgiu, então, a proposta de se dar uma outra conotação ao evento e transformar o 13 de Maio num dia de reflexão e de denúncia contra o racismo. A Secretaria aceitou a sugestão. Entretanto, como os professores, em ge-

1 O Conselho de Participação e Desenvolvimento da Comunidade Negra, indica um conselheiro e um suplente para representá-lo em cada uma das Secretarias de Estado.

2 Essa Comissão teve oportunidade de participar do processo de discussão para a reformulação do currículo na rede municipal de ensino da capital. Embora esta iniciativa estivesse em andamento, a Comissão conseguiu propor algumas sugestões. Entretanto, com a mudança da administração, o novo currículo não foi implantado sob a alegação de que continha distorções e, inclusive, estimulava disputas raciais. Este processo está descrito mais detalhadamente na comunicação "Reflexões sobre a experiência de alteração curricular em São Paulo", p. 64.

3 Este trabalho vem sendo desenvolvido pelo Pe. Batista, da Pastoral do Negro.

4 Ver comunicação "Osasco: debate e denúncia sobre o racismo", p. 130 e "Minha visão sobre o negro na educação" p. 128.

ral, têm um discurso que consideramos inadequado para tratar deste tema, elaboramos um texto — *Salve o 13 de Maio?* (São Paulo (Estado), s.d.) — à fim de lhes dar subsídios para trabalhar a data de 13 de Maio sob um outro enfoque, como uma oportunidade para reflexão e não para comemoração.

Como foi esse o primeiro trabalho que realizamos dentro da Secretaria da Educação, ocorreu uma certa demora para ele se concretizar, na medida em que não conhecíamos a dinâmica do órgão e que constituímos, também, uma novidade para eles. O documento só ficou pronto na última hora, e tivemos que nos empenhar de todas as maneiras para que a proposta se efetivasse. Neste sentido, procuramos, sempre que possível, incentivar os diretores que alegavam não ter condições de realizar o trabalho devido à escassez de tempo, mostrando-lhes que a questão do prazo era irrelevante, o importante seria trabalhar a proposta⁵. Apesar dos percalços conseguimos enviar a publicação⁶ para toda a rede escolar do Estado que, na época, contava com 5.550 estabelecimentos.

É importante ressaltar que o êxito dessa iniciativa se deve, em grande parte, à colaboração do Movimento Negro, pois na ocasião sugerimos às escolas que procurassem, nas suas respectivas cidades, militantes daquele Movimento para desenvolverem os trabalhos. Essa estratégia se mostrou muito fecunda porque houve um envolvimento, uma empolgação muito grande do pessoal do Movimento que, de uma hora para outra, passou a ser solicitado para comparecer às escolas. Essa iniciativa teve grande sucesso. Foram tantas as solicitações, os pedidos de informações, que o Conselho abriu um setor de informações, que passou a funcionar 24 horas por dia, a fim de atender aos que nos procuravam.

Os relatórios enviados pelas escolas, descrevendo como se efetivou a proposta do documento, ainda não foram analisados na sua totalidade⁷. Mas pelo que pudemos observar, de um modo geral, tivemos bastante receptividade⁸. Através dos relatórios se percebe que algumas escolas apenas cumpriram formalmente a tarefa, mas em compensação há relatórios de 40, 60 e até 80 páginas. Há casos em que a atividade extrapolou a escola, envolvendo a comunidade, os pais. É interessante que, muitas vezes, escolas de comunidades distantes conseguiram realizar um trabalho excelente, enquanto que muitas escolas situadas na Capital, onde o Movimento Negro tem uma atuação mais efetiva, não chegaram a se empolgar pela proposta.

O sucesso da iniciativa nos encorajou a falar pessoalmente com o então secretário de Educação⁹ que se mostrou muito receptivo às nossas inquietações, comprometendo-se a criar um organismo que respaldasse formalmente, dentro da Secretaria, a formulação de uma política educacional voltada para o negro. A princípio, pensou-se numa assessoria, mas ocorreram vários percalços de natureza política e, apesar da boa vontade do secretário, as coisas não caminhavam. Decidiu-se então, pela criação de um

Grupo de Trabalho, que está dando continuidade à proposta.

Por ocasião do dia 20 de Novembro foi enviado às escolas um texto alusivo à data, sugerindo um trabalho a ser desenvolvido com os alunos. Foi elaborado, também, um texto a ser distribuído para os diretores que atualmente estão realizando um encontro, para discutirem o planejamento do próximo ano.

Nossa preocupação, no momento, é não desfazermos o elo entre o Grupo de Trabalho e a Comissão de Educação do Conselho, pois é ela quem legitima nosso trabalho na Secretaria. Este elo garante, também, serem dois os interlocutores da comunidade negra junto à Secretaria de Educação — o Grupo de Trabalho e a Comissão de Educação — o que nos permite atuar em dois níveis.

Temos uma relação muito boa junto à cúpula, entretanto, ainda somos olhados com certa desconfiança pelos departamentos. Nem sempre tem sido fácil resolver problemas corriqueiros, ou obter o equipamento necessário para que possamos funcionar.

Um dado bastante significativo, é que nossa presença na Secretaria despertou um sentimento de identificação por parte dos funcionários negros, que passaram a nos procurar, inclusive, para nos falarem a respeito dos problemas que enfrentam por serem negros.

5 É importante salientar que a discussão do documento não tinha caráter obrigatório, apenas foi sugerida, apesar da Secretaria ter baixado uma Resolução instituindo o dia 13 de Maio como Dia de Debate e Denúncia Contra o Racismo. Os relatórios das escolas a respeito dessa atividade deveriam, entretanto, ser enviados à Secretaria de Educação para subsidiarem a formulação de uma política educacional que contribua efetivamente para radi-car o preconceito contra o negro.

6 A publicação *Salve o 13 de Maio?* está comentada mais detalhadamente na comunicação "Minha visão sobre o negro na educação", p. 128.

7 No momento de edição desse texto o relatório se encontrava pronto. Ver Grupo de Trabalho Para Assuntos Afro-Brasileiros, 1987.

8 Das 5.550 escolas da rede, 4.800 enviaram relatórios.

9 José Aristodemo Pinotti.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- FUNDAÇÃO CARLOS CHAGAS. *Diagnóstico sobre a situação educacional de negros (pretos e pardos) no Estado de São Paulo*. São Paulo, 1986. 2v. (versão preliminar).
- GRUPO DE TRABALHO PARA ASSUNTOS AFRO-BRASILEIROS. *Salve 13 de Maio: relatório GTAAB sobre as mentiras e verdades do racismo na escola paulista*. São Paulo, 1987.
- SÃO PAULO (Estado). Secretaria de Educação. ATPCE. *Salve o 13 de Maio?* São Paulo, IMESP, s.d.